



ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRAÇA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edson Leão dos Santos¹
Ana Vitória Lima Ferreira²
Denize Pereira de Azevêdo³

RESUMO

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) oferece os primeiros serviços básicos para os indivíduos e famílias em situações vulneráveis, entrosado com essas obrigações, a Praça Educação, Cidadania e Cultura (Praça ECC) apresenta propostas com a prática de Atividade Física (AF) proporcionando aos indivíduos momentos de lazer, esportivo, cultural, dentre outros. Trata-se de estudo de caso desenvolvido no município de Feira de Santana – Bahia (FSA-BA) e tem como objetivo relatar a experiência vivenciada na Praça ECC em parceria com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares (SCFV) do CRAS Jardim Acácia do município de FSA-BA e as possíveis contribuições do Profissional de Educação Física na saúde física, mental, afetiva e social da população atendida. Conclui-se que as contribuições da prática de AF desenvolvida na Praça ECC em conjunto com o SCFV oferecem benefícios essenciais para a saúde física, biopsicossocial e afetiva das pessoas atendidas nesses espaços.

Palavras-chave: Assistência Social; Educação Física; CRAS; Praça Educação, Cidadania e Cultura; Lazer.

¹ Especialista em Saúde Pública e Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Básico e Superior pelo Centro Universitário UniFatecie (UniFatecie). Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Feira de Santana (UEFS). Graduado em Bacharelado em Educação Física pela UniFatecie. Pesquisador membro do Núcleo Inter/Transdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão de Educação em Saúde (NIEPEXES/UEFS). E-mail: edsonlevine@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1200234926220340>. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-8745-9716>.

² Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Psicologia pela UEFS. Pesquisadora membro do Núcleo Inter/Transdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão de Educação em Saúde (NIEPEXES/UEFS). E-mail: anavitoriapsicologia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0741065705627693>. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-5089-4298>.

³ Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Educação Física e Ciências Econômicas pela UEFS. Pesquisadora membro do Núcleo Inter/Transdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão de Educação em Saúde (NIEPEXES/UEFS). Professora Titular da UEFS. E-mail: denizefreitas0505@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7119288070201183>. Orcid id: <http://orcid.org/0000-0002-5348-7743>

THE ROLE OF PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONALS IN THE EDUCATION, CITIZENSHIP AND CULTURE SQUARE IN THE MUNICIPALITY OF FEIRA DE SANTANA-BAHIA: AN EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

The Social Assistance Reference Center (CRAS) offers the first basic services to individuals and families in vulnerable situations. In conjunction with these obligations, the Education, Citizenship and Culture Square (ECC Square) presents proposals with the practice of Physical Activity (PA), providing individuals with moments of leisure, sports, culture, among others. This is a case study carried out in the municipality of Feira de Santana - Bahia (FSA-BA) and aims to report on the experience of the ECC Square in partnership with the Family Coexistence and Bond Strengthening Service (SCFV) of CRAS Jardim Acácia in the municipality of FSA-BA and the possible contributions of the Physical Education Professional to the physical, mental, affective and social health of the population served. It can be concluded that the contributions of the PA practice developed in the ECC Square in conjunction with the SCFV offer essential benefits for the physical, biopsychosocial and affective health of the people served in these spaces.

Keywords: Social Assistance; Physical Education; CRAS; Education, Citizenship and Culture Square; Leisure.

EL PAPEL DE LOS PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EM LA PLAZA DE EDUCACIÓN, CIUDADANÍA Y CULTURA DEL MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA: INFORME DE UMA EXPERIENCIA

RESUMEN

El Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) ofrece los primeros servicios básicos a las personas y familias en situación de vulnerabilidad. Junto a estas obligaciones, la Plaza de la Educación, Ciudadanía y Cultura (Praça ECC) presenta propuestas para la práctica de la Actividad Física (AF), proporcionando a las personas momentos de ocio, deporte, cultura, entre otros. Este es un estudio de caso realizado en el municipio de Feira de Santana - Bahia (FSA-BA) y su objetivo es informar sobre la experiencia de la Plaza ECC en asociación con el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos Familiares (SCFV) del CRAS Jardim Acácia en el municipio de FSA-BA y las posibles contribuciones del Profesional de Educación Física a la salud física, mental, emocional y social de la población atendida. Se puede concluir que las contribuciones de la práctica de AF desarrollada en la Plaza ECC en conjunto con el SCFV ofrecen beneficios esenciales para la salud física, biopsicosocial y afectiva de las personas atendidas en estos espacios.

Palabras clave: Asistencia Social; Educación Física; CRAS; Plaza de la Educación, la Ciudadanía y la Cultura; Ocio.

INTRODUÇÃO

O primeiro vislumbre do que viria a se tornar o que hoje conhecemos como Assistência Social no Brasil surgiu no período colonial, com a criação da primeira Santa Casa de Misericórdia, em 1543, instituições que, sob os princípios da solidariedade e caridade cristã, ofertava ajuda aos doentes, mendigos e crianças abandonadas, inaugurando a simbiose

entre pobreza e caridade que acompanha a trajetória das práticas socioassistenciais brasileiras (KOGA, 2006; CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017).

As ações implementadas nesse período seguiam a lógica higienista, fruto das primeiras tentativas de organização das cidades, as quais precisavam ser limpas dos males sociais representados pelos pobres e doentes, e, em virtude da forte presença da Igreja Católica nesses campos, não havia distinção clara de responsabilidades do Estado e da sociedade, bem como dos setores público e privado (KOGA, 2006).

Somente em 1938, em plena ditadura do Estado Novo – regime marcado pela lógica liberal que associava a proteção social ao trabalho formal -, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, que a Assistência Social é regulamentada no país, porém tendo como objetivo subsidiar as ações das instituições privadas, configurando-se como uma estratégia de aliança entre o Estado e a sociedade via filantropia (KOGA, 2006).

Contudo, a partir da Constituição Federal de 1988 o que antes consistia em ações fragmentadas ofertadas pelo Estado na condição de favor conferido torna-se um direito regido pela justiça social e pela equidade e passa a compor as políticas de Seguridade Social, que abarca, também, a saúde e a previdência social, com o intuito de garantir segurança e proteção social a todos os brasileiros (KOGA, 2006; CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017). Assim, a Constituição foi o marco inicial para o desenvolvimento da Assistência Social, sendo precedida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que a define como um direito cidadão e dever do Estado; e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, que solidifica as diretrizes da LOAS (CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017).

A partir da PNAS, também, foram instituídos os dispositivos de proteção social básica e especial através, respectivamente, dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e do Centros de Referência Especializado da Assistência Social –(CREAS) (CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017). Tratando-se especificamente do CRAS, objeto de interesse do presente trabalho, esse consiste em uma unidade pública de base territorial, localizado em áreas socialmente vulneráveis visando a orientação e o convívio de indivíduos e famílias nesse contexto comunitário (BRASIL, 2004).

Para tanto, além de ser responsável pelo Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), centros de convivência para idosos, serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, centros de informação e educação para o trabalho, programas de incentivo ao protagonismo juvenil, serviços para crianças, busca ativa no território e pelo Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a equipe do CRAS ainda deve prestar

informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios (BRASIL, 2004, p. 35).

Quanto à composição das equipes de referência, essas abarcam profissionais de nível médio e de nível superior de diversas categorias e o critério para essa escolha deve considerar o grau de complexidade das situações de desproteção vivenciadas pela população do território em questão, podendo abarcar assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, educador físico, etc (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, no que tange ao “Educador Físico”, que apesar da nomenclatura ainda ser usada para se referir a quem trabalha na área da Educação Física (EDF), esse termo deixou de ser utilizado, pois de acordo com a legislação brasileira, esses profissionais passam a ser chamados de Profissional de Educação Física (PEDF) pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF), órgãos que regulamentam a profissão. Nesse sentido, estes profissionais quando atuam dentro da área assistencial, podem ser designados conforme as demandas territoriais da cidade.

Entretanto, há o incentivo através do Ministério da Cidadania (MC) para um maior entrosamento das Praças Estação, Cidadania e Cultura (Praça ECC), que antes da mudança pelo Governo Federal (GF), após a extinção do Ministério da Cultura e criação da Secretaria Nacional de Cultura, era denominada de Centros de Artes e Esportes Unificados (conhecido como Praça CEU) com o CRAS, onde grande parte dos PEDF são alocados para fomentar os atendimentos à comunidade, desenvolvendo atividades recreativas, de lazer e esportiva para a mesma. E é sobre essa iniciativa que o presente trabalho se debruçará.

No que tange ao lazer, a literatura aponta diversas definições com variados significados, ou seja, trata-se de um conceito polissêmico (PADILHA *et al.*, 2006). Neste estudo, trataremos o lazer como uma atividade programada desenvolvida no tempo livre dos participantes, ou seja, oposto às suas atividades do cotidiano como o trabalho, por exemplo, (AZEVEDO, 2017).

Para de Lima Camargo (2017), o lazer é um conjunto de atividades prazerosas, livres e voluntárias que têm interesses socioculturais, físicos, mentais e artísticos desenvolvidos num tempo livre, sendo parte de toda a história humana vinculada tanto ao trabalho formal quanto ao doméstico, exercendo influência sobre a evolução pessoal e social dos sujeitos.

Dumazedier (2004, p. 32) destacou em seu estudo três funções do lazer: “a função de divertimento, recreação e entretenimento, a função de descanso e a função de desenvolvimento”. Para esse autor, o lazer possibilita maior participação social, propiciando ações voluntárias nos aspectos culturais, sociais e recreativos, incentivando atitudes ativas sobre as fontes de comunicações modernas ou tradicionais (DUMAZEDIER, 2014).

Nessa perspectiva, Azevêdo (2017) afirma que

muitos conceitos de lazer o associam ao tempo livre, ao ócio ou ao lúdico sendo o lazer visto, muitas vezes, como contraponto ao trabalho. Porém, concorda-se com a noção de que o lazer faz parte da natureza humana, assim como o trabalho, não sendo contrários, mas faces diferentes de uma mesma ação: a ação humana (AZEVEDO, 2017, p. 61).

À vista disso, a prática de AF ou exercício físico atrelado ao tempo de lazer contribui para o desenvolvimento da saúde tanto física quanto mental e sociocultural dos indivíduos, proporcionando uma melhora integral na qualidade de vida, uma vez que esses fatores estão interrelacionados e se influenciam mutuamente.

É importante ressaltar que o município de Feira de Santana – Bahia (FSA-BA), conhecida como “Princesa do Sertão”, localizado no interior da BA, região nordeste do Brasil, conta com 16 unidades de CRAS distribuídos por seu território, e desses, apenas 4 têm em suas imediações uma Praça ECC, na qual se fomenta a colaboração nos atendimentos.

Dessa forma, o presente estudo busca relatar a experiência vivenciada na Praça ECC em parceria com o SCFV do CRAS Jardim Acácia, do município de FSA-BA e as possíveis contribuições do PEDF para a promoção de saúde física, mental, afetiva e social da população atendida.

METODOLOGIA

A ideia que fomentou a elaboração desse estudo partiu da necessidade de disseminar conhecimento sobre o tema, uma vez que as produções científicas sobre ele, em especial na região abordada, são muito escassas.

Quanto ao pressuposto metodológico, caracteriza-se como estudo de caso, o qual segundo Andrés (1980 apud SERRANO, 1994, p.79), é “aplicável em inúmeros campos aonde se trate de combinar eficientemente a teoria e a prática”, e possui uma natureza qualitativa e descritiva.

Os métodos e materiais utilizados para a sua realização partem das estratégias que

propõe problematizar o tema abordado (LOTTI, 2022) a partir das observações das intervenções desenvolvidas através de uma experiência profissional no município de FSA-BA, iniciada em julho de 2023 até fevereiro de 2024.

O local das intervenções foi a Praça ECC do bairro Jardim Acácia, que desenvolve atividades de cunho recreativo, esportivo e de lazer para a comunidade local e dos bairros vizinhos que a mesma atende. Vale destacar, que a população assistida também faz parte do cadastro do público do CRAS, o qual oferece o PAIF, o SCFV, além de orientações e cadastramento sobre os benefícios assistenciais no Cadastro Único (CadÚnico) ofertado pelo GF.

Em relação à formação da equipe nas unidades, apenas as que interessam ao presente estudo, a Praça ECC é composta por um PEDF (facilitador), um agente administrativo, uma assistente administrativa e uma supervisora. Já no SCFV, há uma pedagoga (técnica de referência), uma educadora social e dois orientadores sociais. Para ambas as unidades, apenas os cargos do PEDF, pedagoga e educadora social são do nível superior, contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) – REDA –, os demais outros são do nível médio, contratados por uma empresa terceirizada.

No que tange ao público alvo das ações desenvolvidas, o número médio de pessoas atendidas por mês no CRAS do bairro, chega a 630 indivíduos, distribuídos entre o CadÚnico, o PAIF e o SCFV, sendo que os indivíduos que participam dos dois últimos citados, são classificados em grupos de acordo com as idades de 0 a 6; 7 a 14; 15 a 17; 18 a 29; 30 a 59, 60 ou mais conforme é citado pela Tipificação Nacional de Assistência Social. Porém, desta população, apenas 180 pessoas entre os grupos de 18 a 60 ou mais anos participam das Atividades Físicas (AF) na Praça ECC.

Em relação à composição das turmas, inicialmente foram divididos 6 grupos seguindo as classificações das idades estabelecidas pela unidade, cada um com 30 participantes, de ambos os sexos, porém, a maioria é predominantemente mulheres. As aulas de cada grupo aconteceram uma vez por semana nas terças, quartas e quintas-feiras no turno diurno, ou seja, há grupos que são atendidos pela manhã e outros à tarde, com a duração que variava entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos de treino.

Quanto à organização das práticas de AF, buscou-se a trabalhar com os participantes o Treinamento Funcional (TF) devido ao seu arcabouço motor, físico e mental, que integra o indivíduo de forma completa, abarcando atividades voltadas para a coordenação motora, flexibilidade, equilíbrio, força, potência, resistência cardiorrespiratória, velocidade, além de

aspectos cognitivos, socioafetivos e social.

No que concerne à realização das atividades, o primeiro e segundo mês foram voltados para a realização da anamnese inicial e estabelecimento de vínculos entre os participantes, com a realização de exercícios focados no fortalecimento do core. No terceiro e quarto mês foram trabalhados, respectivamente, coordenação motora, flexibilidade e equilíbrio e condicionamento cardiorrespiratório, força explosiva, potência e velocidade. Por fim, no quinto mês foram trabalhados exercícios unilaterais e os dois últimos meses foram focados na gincana com jogos competitivos.

É importante destacar que os materiais utilizados nas aulas durante todo o processo de intervenção eram escassos, e alguns, foram adaptados ou criados pelo profissional. Além disso, a estrutura física do equipamento possuía apenas uma quadra esportiva e uma sala de multiuso para as aulas.

RESULTADOS E DISCURSÕES

A importância de compreender o papel de alguns profissionais sejam eles da área da saúde, educação, lazer, assistência social, ou o próprio PEDF, na integração de uma equipe multidisciplinar é fundamental para entender as suas contribuições à mesma. Porém, Lotti (2022) no seu estudo sobre a atuação da Educação Física nos ambientes socioeducativos do Sistema único de Assistência Social (SUAS), analisou 20 editais publicados entre 2013 e 2020, para os cargos efetivos ou temporários, e apontou que, em geral, eles não são contratados para postos específicos, na verdade, acabam sendo destinados a serviços de diferentes níveis de proteção. Contudo, o estudo aponta também que há uma maior inserção nos serviços de proteção básica (LOTTI, 2022).

A partir disso, em relação aos aspectos do lazer, buscamos trabalhar em uma perspectiva física, focando nos aspectos motores, e de recreação sociocultural, enfatizando os aspectos étnicos, identitários, culturais, de relações inter e intrapessoal, além da comunicação, respeito e tradições populares dos participantes, visto que o público atendido vive em situação de vulnerabilidade social, a quem as oportunidades de acesso ao lazer são limitadas.

Com relação às atividades desenvolvidas, no primeiro mês, foram trabalhados com os participantes o estabelecimento de vínculos e socialização com o grupo, bem como exercícios voltados para correção de postura, pois durante a anamnese foi diagnosticado que a maioria

do público não tinha consciência corporal e apresentava uma série de problemas de saúde, tais como: artrose, artrite, bursite, condromalácia patelar, hérnia de disco, desvio postural, problemas circulares (varizes), ansiedade e depressão.

No segundo mês os exercícios foram voltados para o condicionamento físico e fortalecimento do core. Observou-se que os participantes começaram a apresentar maior disposição em participar do que era proposto nas aulas e uma melhora significativa nas dores que sentiam devido às doenças apresentadas.

Já no terceiro mês buscou-se trabalhar as questões de coordenação motora, flexibilidade e equilíbrio e os relatos dos participantes foram satisfatoriamente positivos, tanto em relação à melhora no desempenho nas atividades domésticas, no trabalho e no lazer, quanto no que concerne à socialização com outros grupos sociais e à sensação de bem-estar.

No quarto mês os exercícios foram sendo intensificados, – leve a moderado –, de acordo com as condições de saúde dos indivíduos, com o intuito de garantir melhoras “expressamente significativas” nos índices metabólicos dos participantes. Pois, a maioria dos participantes apresentavam, também, diabetes mellitus, colesterol alto, pressão alta, dentre outros fatores. Dessa forma, os treinos trabalhados nas aulas foram voltados para o condicionamento cardiorrespiratório, força explosiva, potência muscular e velocidade. E, conforme os relatos apresentados no final da programação desse mês, houve redução e melhoras nesses aspectos da saúde após novas realizações de exames.

No quinto mês, por sua vez, foram trabalhados exercícios unilaterais, rítmicos e cooperativos com o intuito de fomentar a harmonia, as relações inter e intrapessoais, a cidadania e inclusão dos indivíduos. Essa proposta trouxe melhoras nos aspectos biopsicossocial e emocional dos participantes, uma vez que, alguns apresentavam questões de insônia, ansiedade e depressão diagnosticadas pelas respostas dos mesmos através de um questionário elaborado pelo profissional sobre o “histórico psicológico” aplicado durante a anamnese.

Por fim, no sexto e sétimo mês foi organizado uma gincana com alguns jogos competitivos com o intuito de motivar a participação de forma saudável e educativa, refletindo sobre as ações de ganhar ou perder na vida, além, de trabalhar todo movimento corporal e cognitivo dos participantes. Sobre essa ação, os *feedbacks* dos integrantes mostraram que a ação surtiu um efeito positivo, pois tanto durante quanto após a atividade, foram proferidas falas, como “estou me sentido ótimo”; “as minhas dores sumiram tudo”; “nunca pensei em ter a capacidade de me socializar dessa forma, era muito tímida”; “o

médico disse que o meu açúcar e colesterol abaixou”; “me sinto uma criança novamente”.

É importante salientar que durante a anamnese, realizada no primeiro mês de intervenção, foi perceptível o desconhecimento dos usuários de movimentos básicos e sua conscientização corporal, o que pode estar relacionado com a falta de PEDF nos espaços educacionais – não especificamente a escola – (BEZERRA, 2018), visto que, o foco da assistência social nas unidades do SCFV e na Praça ECC é oferecer uma formação socioeducativa, cultural e cidadã para os indivíduos atendidos. Porém, há barreiras como a falta ou insuficiência de espaços físicos específicos para a prática de lazer ou AF, como é o caso do município no qual o estudo foi desenvolvido.

Da Silva e Nunes (2009) destacaram em seu estudo realizado na cidade de Campo Grande que apesar da ausência de espaços físicos voltados ao lazer na cidade, a mesma possui cinco parques públicos esportivos que atendem à população. Entretanto, Feira de Santana conta com apenas quatro Praças ECC, um quantitativo insuficiente considerando os dezesseis territórios dos CRAS existentes.

Ademais, atrelado com a proposta de elucidar sobre a cultura do movimento corporal, no segundo mês, buscou-se também através da comunicação oratória, ensinar aspectos voltados ao cuidado com a saúde mental, alimentação, direitos e deveres básicos do cidadão, prevenção de doenças crônicas não degenerativas, entre outros fatores que agregam às esferas biopsicossociais para fomentar a participação nas atividades propostas (ANTUNES, 2016).

A partir do terceiro e quarto mês, já começaram a se tornar perceptíveis as contribuições das ações desenvolvidas na vida dos participantes, pois seus relatos apresentavam os benefícios proporcionados pelos exercícios físicos propostos nas aulas, o que corrobora com diversos outros estudos cujo foco da intervenção é a atividade física (PESTANA *et. al*, 2018; SILVA *et. al*, 2014; SQUARCINI *et. al*, 2023; TRAPÉ *et. al*, 2015).

Bavoso *et. al* (2017) abordou no seu estudo a partir de uma investigação sobre o motivo da procura dos adultos e idosos para a prática de AF que:

“os adultos procuram a prática de atividade física devido a diversos fatores (aspectos multifatoriais), enquanto que os idosos (acima de 60 anos) buscam a prática da atividade física pela preocupação com a sensação de sentir-se só, manutenção da saúde, indicação médica e também pela preocupação com a aparência física (imagem corporal)” (2017, p. 10)

Dessa forma, comparamos esses fatores quando observamos as respostas dos participantes, no quinto mês, através da anamnese aplicada, os aspectos psicológicos que os faziam ir em busca da prática de algum programa de AF. Isso se deve ao fato de que a prática

de AF no tempo de lazer contribuem para a diminuição de sintomas psicossomáticos, podendo ser utilizada como mecanismo de enfrentamento (ROSSO, 2002).

No sexto e sétimo mês, a proposta da criação de uma gincana foi imprescindível para a construção da identidade dos participantes, uma vez que, os mesmos demonstraram ser indivíduos ativos, reflexivos e críticos, a partir dos *feedbacks* sobre a proposta da aula apresentada. Cuche; Pereira e Gandra (1999, p.182) destacam que “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato”.

Bacich e Moran (2017) abordam as estratégias ativas sobre as metodologias para um ensino e aprendizagem efetivo e eficaz dos indivíduos, e, apesar dos impasses relacionados aos materiais e estruturas físicas dos espaços onde acontecem as aulas, com base nas vivências dos participantes, foi perceptível que a ação dos exercícios físicos trabalhados com eles na Praça ECC em conjunto com o SCFV tiveram efeitos positivos na sua saúde física, mental e emocional, assim como, nas relações socioculturais dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o SUAS é essencial para a assistência social dos indivíduos e famílias em situações de risco e vulnerabilidade social e que o CRAS é a porta de entrada para essas pessoas. A função de cada profissional nesses ambientes promotores ao combate à desigualdade, pobreza, violência, fome, dentre outros fatores é imprescindível para uma vida digna, justa e cidadã.

Apesar dos impasses sobre a atuação dos profissionais conforme as demandas que cada territórios da cidade necessitam, os mesmos agregam valores, educação e assistência aos usuários, proporcionando um espaço socioeducativo e formador de seres críticos e reflexivos à sociedade.

Quanto aos espaços, a Praça ECC, ainda que seja “desconhecida” em alguns locais e pouco explorada pelas entidades das esferas sociais – união, estado, município –, mesmo havendo recomendações do MC em entrosá-la com outros espaços, como o CRAS, quando há no território, a sua proposta em propiciar momentos de AF nos seus mais diversos aspectos – no lazer, esportivo, recreativo, cultural, dentre outros – para a população, contribui de forma significativa para formação de sujeitos, como apontam os relatos anteriormente citados.

Assim, foi perceptível o potencial transformador que a iniciativa da Praça ECC possui

e que a ação dos exercícios físicos trabalhados com o público deste estudo teve efeitos positivos em sua saúde física, mental, afetiva e social. Além disso, a existência de espaços como esse oportuniza o acesso ao lazer que, conforme prevê a Constituição Federal, é um direito social e vivências como a que relatamos aqui agregam na formação cidadã.

Por fim, cabe salientar que para agregar e fomentar a elaboração desse estudo foram convidadas duas integrantes, uma da área de psicologia e a outra da EF para contribuir com olhares diferentes sobre a temática aqui relatada, embora não tenham estado vinculadas diretamente à realização das intervenções.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Natália Silveira. Atuação profissional: educador físico no CRAS. **Revista Didática Sistemica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 348–350, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/5943>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- AZEVÊDO, Denize Pereira. **Atividades físicas no tempo de lazer, transtorno mental comum e estresse em docentes de uma instituição de ensino superior pública da Bahia**. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2017.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. **Penso Editora**, 2017.
- BAVOSO, Daniel et al. Motivação e autoestima relacionada à prática de atividade física em adultos e idosos. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 7, n. 2, 2017.
- BEZERRA, Ellen Lopes. Educação Física e Assistência Social: o papel e as contribuições do profissional de Educação Física no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do município de Maceió-AL. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2018. p. 1-10.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: MDS, 2004.
- CARDOSO, Ana Valéria Matias; TEIXEIRA, Solange Maria; CARVALHO, Poliana de Oliveira. A trajetória da Assistência Social no Brasil: superação da cultura assistencialista?. **Rev. FSA**, v.14, n. 2, p. 171-194, 2017.
- CUCHE, Denys; PEREIRA, Miguel Serras; GANDRA, Fernando. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1999.
- DA SILVA, Junior Vagner Pereira; NUNES, Paulo Ricardo Martins. Parques públicos de lazer de interesse físico/esportivo, animação sociocultural e população atendida. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 12, n. 2, 2009.
- DE LIMA CAMARGO, Luiz Octávio. **O que é lazer**. Brasiliense, 2017.
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. In: **Lazer e cultura popular**. p. 333, 2004.
- KOGA, Dirce. A Política de Assistência Social no Brasil: a Assistência Social como política de proteção social. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org). **Participação popular nas políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- LOTTI, Alessandro Demel. A Educação Física no Sistema Único de Assistência Social: considerações a partir de editais de concursos públicos. **Pensar a Prática**, v. 25, 2022.
- PADILHA, Valquiria et al. **Dialética do lazer**, 2006.

PESTANA, Mayara Borkowske et al. EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Journal of Physical Education (24482455)**, v. 29, n. 1, 2018.

ROSSO, Magalli. **Avaliação, processo de construção do conhecimento ou mais uma ferramenta de exclusão**. Caderno Variedades, p. 4-5. São Paulo, 2002.

SERRANO, Gloria Pérez. Investigación Cualitativa Retos e Interrogantes – II. Técnicas y Análises de datos. Madrid/Espanha: La Muralla S. A., **Coleção Aula Abierta**, 1994.

SILVA, Nádia et al. Exercício físico e envelhecimento: benefícios à saúde e características de programas desenvolvidos pelo LABSAU/IEFD/UERJ. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto (TÍTULO NÃO-CORRENTE)**, v. 13, n. 2, 2014.

SQUARCINI, Camila Fabiana Rossi et al. PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA PARA PRÉ-DIABÉTICOS E SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO SISTEMÁTICA UTILIZANDO O MODELO RE-AIM. Práticas e Cuidado: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 4, p. e15072-e15072, 2023.

TRAPÉ, Átila A. et al. Aptidão física e nível habitual de atividade física associados à saúde cardiovascular em adultos e idosos. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 48, n. 5, p. 457-466, 2015.